

ELEMENTOS ESTATÍSTICOS
REPARTIÇÃO REGIONAL
DO PRODUTO INTERNO BRUTO EM PORTUGAL, EM 1970

1. *Introdução*

O Produto Interno Bruto (P. I. B.) é um dos mais importantes e significativos indicadores do desenvolvimento. Muito frequentemente utilizado em estudos entre nações, só mais raramente aparecem cálculos ou estimativas dos seus valores a nível regional ou local, casos em que, contudo, não é menor a importância do seu conhecimento.

Com efeito, na caracterização do grau de desenvolvimento de uma unidade espacial qualquer, é o valor do P.I. B. um indicador bastante melhor que o número, mesmo por tipos, das unidades produtivas ou a quantidade de pessoas que neles laboram, pois é consequência, para além destes valores, da produtividade nas diversas actividades. As respectivas capitações constituem um bom resumo da situação de desenvolvimento, apesar de algumas evidentes limitações, de que se destacam o ser um valor médio que nada diz sobre as desigualdades na distribuição e o facto de no seu conjunto não entrarem os resultados de mecanismos económicos marginais ou ilegais, tais como as produções para auto-abastecimento ou para permuta de mercadorias e serviços que, por vezes, assumem valores significativos.

O único ensaio de cálculo da repartição concelhia do produto originado por ramos de actividade refere-se a 1970⁽¹⁾ e foi estimado a partir de indicadores de natureza diversa, seleccionados caso a caso, por forma a escolher, entre os disponíveis (nem sempre os desejáveis), o mais adequado a cada actividade.

A diversidade de indicadores utilizados não nos permite fazer uma enumeração exaustiva, pelo que referiremos de seguida, e a título de exemplo, apenas alguns dos mais frequentes. Assim, para a agricultura, alguns produtos silvícolas, pesca e indústrias extractivas, considerou-se o valor bruto da produção; para as indústrias transformadoras, o consumo de energia eléctrica para fins industriais, depois de retirada a parte consumida pelas indústrias extractivas, construção e obras públicas e elevação de águas; para o comércio por grosso e a retalho (sector privado), seguros, restaurantes, cafés e outros estabelecimentos de comidas e bebidas (excepto hotéis, pensões e similares), lavandarias, tinturarias e barbearias, a matéria colectável da contribuição industrial dos respectivos grupos; para os bancos, o montante das remunerações pagas ao pessoal e os juros dos depósitos em 1970; para a educação, o número de alunos matriculados por graus e

(1) MARGARIDA LOBO DA CONCEIÇÃO, M. HELENA CARAMONA, J. AMORIM e FERNANDO TAVARES — *Repartição Regional do Produto: ensaio para 1970*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1974.

ramos do ensino oficial, ponderado pela despesa com o pessoal docente por aluno e número de professores do ensino particular; finalmente, para os serviços recreativos, considerou-se o valor das receitas dos espectáculos públicos (*).

Apesar das incorrecções a que uma situação deste tipo necessariamente está sujeita, sobretudo pela falta de dados, pensamos que a repartição regional do P. I. B. assim obtida é um bom indicador da contribuição das diferentes áreas do país para a formação da riqueza nacional e, por conseguinte, do dinamismo económico das diferentes áreas.

Dez anos após a data a que se refere o cálculo do P. I. B. (1970), qualquer análise poderá, à primeira vista, parecer extemporânea. No entanto, por ser a informação de carácter global mais recente de que dispomos a nível de concelho, pensou-se que seria interessante uma breve análise dos resultados apurados.

2. Variação Regional do Produto Interno Bruto

A distribuição espacial do P. I. B. originado em cada concelho torna bem patentes as profundas assimetrias do território português. Com efeito, a curva de Lorenz representada na figura 1 e o respectivo índice de concentração de

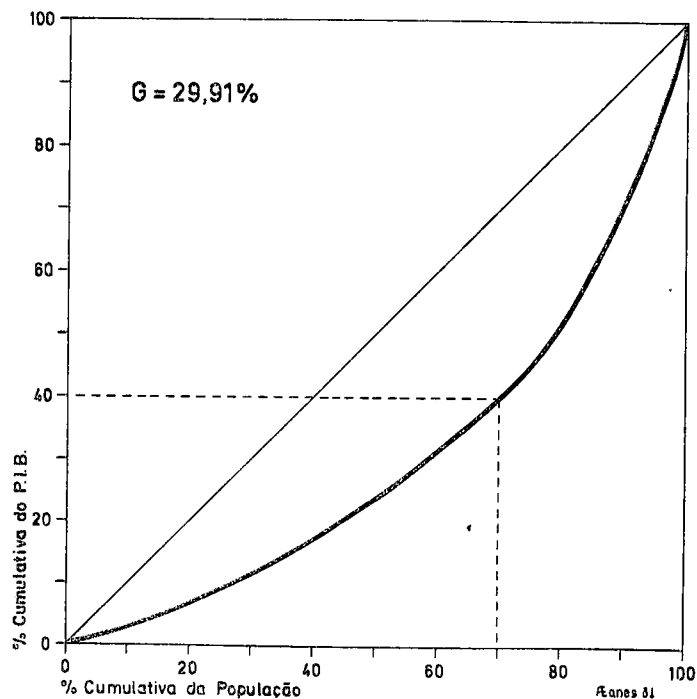


Fig. 1 — Concentração dos valores concelhos do Produto Interno Bruto em 1980.

(*) O Produto gerado no Continente pela rádio e televisão foi todo atribuído ao concelho de Lisboa.

Gini facilmente nos dão conta do forte desequilíbrio existente entre a distribuição da população e da riqueza produzida, verificando-se que a 70 % do número de habitantes do país corresponde apenas 40 % do valor global do P. I. B. Por sua vez, a distribuição concelhia do P. I. B./habitante (Quadro 1 e fig. 2) ilustra nitidamente a dominância dos concelhos com valores muito baixos: 85 % têm captações inferiores a 20 000 escudos (39 % situam-se abaixo de 10 000 escudos) e apenas 4 % atingem ou ultrapassam 45 000 escudos, totalizando, estes, 37,8 % do produto nacional.

Quadro 1 — Distribuição de frequência dos valores concelhos do P. I. B. / habitante.

PRODUTO INTERNO BRUTO / HABITANTE (1000 escudos)	CONCELHOS	
	Número	%
4 — 10	107	39,05
10 — 20	126	45,99
20 — 30	21	7,67
30 — 40	8	2,92
40 — 50	2	0,73
50 — 60	4	1,46
60 — 70	1	0,36
70 — 80	1	0,36
80 — 90	2	0,73
90 — 100	—	—
100 — 180	2	0,73

A figura 2 permite ainda verificar que, regra geral, os menores valores ocorrem em áreas fracamente povoadas e de escassa relevância económica (Norte do país, alguns concelhos da extremidade ocidental da Cordilheira Central, Sul do Alentejo e Serra Algarvia). Pelo contrário, os valores máximos registam-se em áreas com características muito diferenciadas: concelhos rurais, com fraca contribuição para o produto nacional mas em que a exploração mineira (pirites em Aljustrel), produção de energia hidroeléctrica (Miranda do Douro e Moga-douro) ou a presença de uma importante unidade industrial (pasta de papel em Mourão) têm um efeito adicional muito importante; concelhos industriais situados na faixa desenvolvida litoral, compreendida entre Setúbal e Braga, (Barreiro, Seixal, Setúbal, Alcochete, Benavente, Vila Franca de Xira, Tomar, Nazaré, Marinha Grande, Leiria, Figueira da Foz, Estarreja, Aveiro, Albergaria-a-Velha, S. João da Madeira, Matosinhos e Vila Nova de Famalicão) e que têm um papel fundamental na economia do país; Lisboa e Porto que detêm, em conjunto, 27,4 % do P. I. B. (76 % dos quais cabem à capital) e funcionam como centros comerciais, financeiros, administrativos e de distribuição de ser-

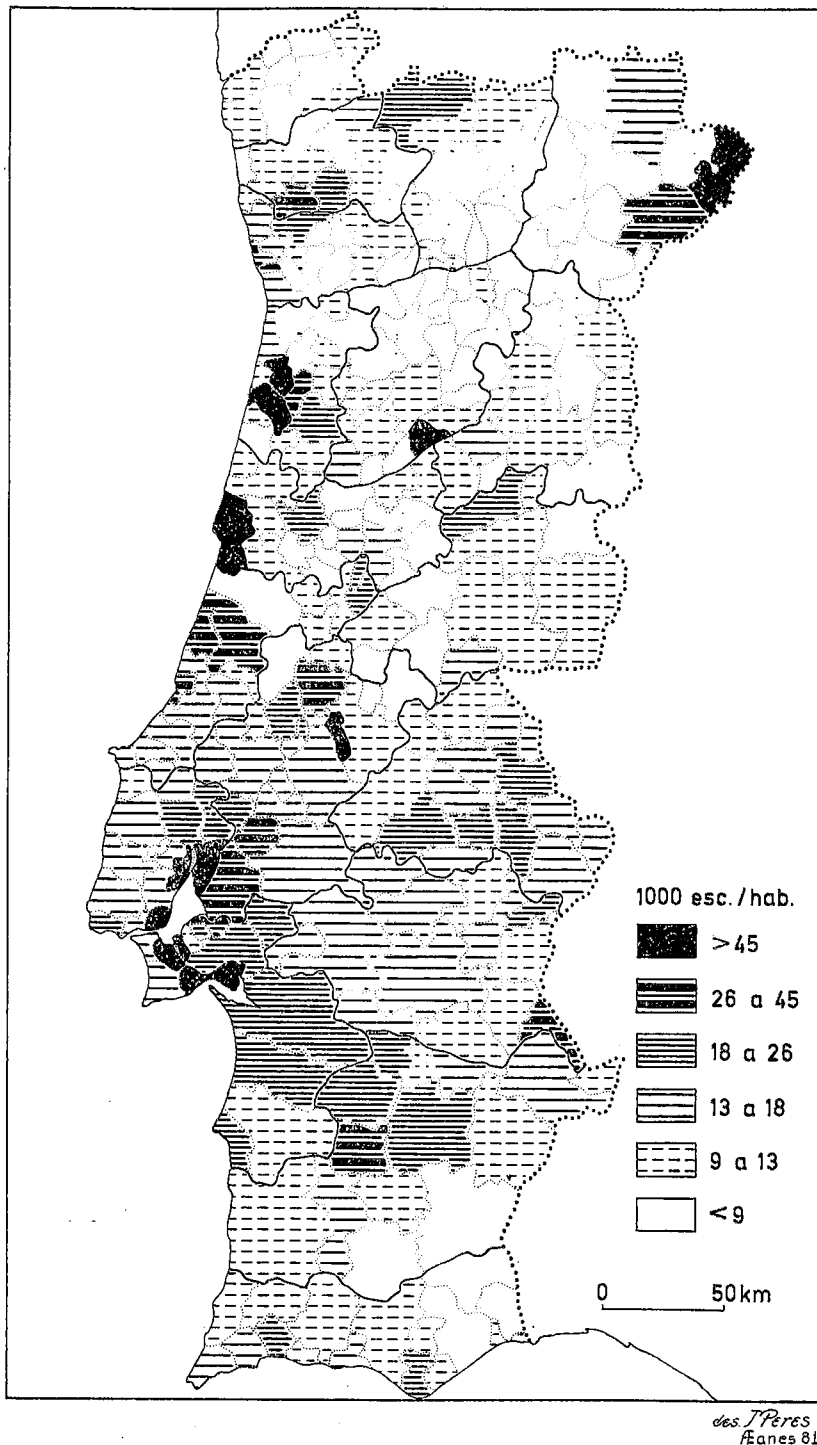


Fig. 2 — Distribuição do Produto Interno Bruto por habitante em 1970.

viços e, finalmente, o concelho de Nelas, onde o P. I. B./habitante atinge o valor máximo (179,77 milhares de escudos), aparece como um «pico» isolado no seio de uma área essencialmente agrícola, graças à presença de uma importante unidade industrial de metalurgia de base.

Também as capitações que se aproximam da média nacional (20,76 milhares de escudos) ocorrem em áreas muito diferentes: concelhos com um certo desenvolvimento urbano ou industrial (como Santo Tirso, Guimarães, Covilhã, Águeda, Coimbra, Castanheira de Pera, Torres Novas, alguns concelhos periféricos da área metropolitana de Lisboa, Sines, Portalegre e Beja); áreas de desenvolvimento turístico (Faro; Portimão, que para além dos serviços ligados ao turismo tem também grande importância como centro industrial de conservas de peixe) e ainda em concelhos essencialmente agrícolas mas muito pouco povoados dos distritos de Setúbal, Beja e Portalegre, ou em áreas onde existem centrais hidroeléctricas (Montalegre e Pedrógão Grande).

Da observação da figura 2 ressaltam ainda os valores relativamente baixos de alguns concelhos «dormitórios» de Lisboa e Porto. Com efeito, apesar de contribuírem com uma parte importante do produto nacional, por terem grande número de habitantes, muitos dos quais exercem a sua actividade noutras áreas, nomeadamente em Lisboa ou Porto, a capitação do P. I. B. é reduzida.

3. Importância Relativa dos Diferentes Sectores de Actividade na Formação do Produto Interno Bruto

Na alínea anterior ficaram bem patentes as profundas assimetrias espaciais da distribuição da riqueza produzida, em média, por cada habitante do território nacional. Analisa-se agora o valor total do P. I. B. e a importância relativa de cada sector de actividade na sua formação.

Em 1970, a uma distribuição equitativa da população activa pelos três sectores de actividade (cerca de 1/3 para cada) correspondiam níveis de produção muito diferenciados: 17,57 % para o sector primário; 43,13 % para o secundário e 39,30 % para o terciário. Os números falam por si e evidenciam a extrema debilidade da nossa agricultura (principal componente das actividades primárias) e o peso exagerado do comércio e serviços em relação à indústria.

A repartição do P. I. B. por distritos (Quadro 2 e fig. 3) permite verificar a grande concentração da riqueza na faixa litoral compreendida entre Braga e Setúbal, com especial incidência em Lisboa e Porto, que funcionam como centros polarizadores de todo o espaço nacional. Além disso, é ainda bem visível a oposição entre o interior, o extremo NO e o Sul do país (onde o sector primário é o principal contribuinte para a formação do produto nacional) e os distritos de Setúbal, Aveiro, Braga, Leiria, Coimbra, Porto, Viseu e Santarém, onde a indústria é o sector mais produtivo. Lisboa e Faro distinguem-se pela dominância das actividades terciárias.

O elevado contributo do comércio e serviços para o P. I. B. nos distritos de Lisboa e Porto (embora neste caso não seja o sector mais importante) deve-se ao facto de neles se concentrarem as principais empresas comerciais e de transportes, as sedes de bancos e de companhias de seguros e ainda ao elevado peso

DISTRITOS	Sector Primário	Sector Secundário		Sector Terciário	
		Indústrias Transformadoras	Const. e obras públicas elect., gás, água e serv. saneamento	Comércio	Serviços
Aveiro	2 016	7 372	385	447	1 442
Beja	1 808	115	245	332	472
Braga	1 728	4 419	742	417	1 244
Bragança	971	62	952	103	350
C. Branco	1 311	677	251	380	633
Coimbra	1 503	3 839	310	512	1 478
Évora	1 573	288	104	167	614
Faro	1 010	416	239	336	1 430
Guarda	1 023	369	97	128	478
Leiria	1 755	3 575	317	378	979
Lisboa	2 456	11 517	4 312	10 641	22 619
Portalegre	1 200	282	230	94	428
Porto	2 181	10 178	2 082	4 038	7 222
Santarém	2 542	2 629	376	513	1 322
Setúbal	1 574	9 878	927	749	2 253
V. Castelo	1 013	195	188	186	511
V. Real	1 172	83	451	148	541
Viseu	2 063	2 612	213	264	792
CONTINENTE	28 899	58 510	12 421	19 833	44 803

Quadro 2 — Produto Interno Bruto (1970), ao custo dos factores e a preços correntes, por ramos de actividade nos distritos (milhões de escudos).

da administração pública. Em Faro têm grande importância relativa os serviços de apoio ao turismo (restaurantes, hotéis e actividades similares).

A desigual repartição distrital do produto originado nos sectores de actividade mais importantes está bem patente nos respectivos índices de Gini e curvas de Lorenz (fig. 4).

A agricultura, silvicultura, caça e pesca (fig. 4-A) e as indústrias transformadoras (fig. 4-B) têm índices de concentração muito semelhantes apesar

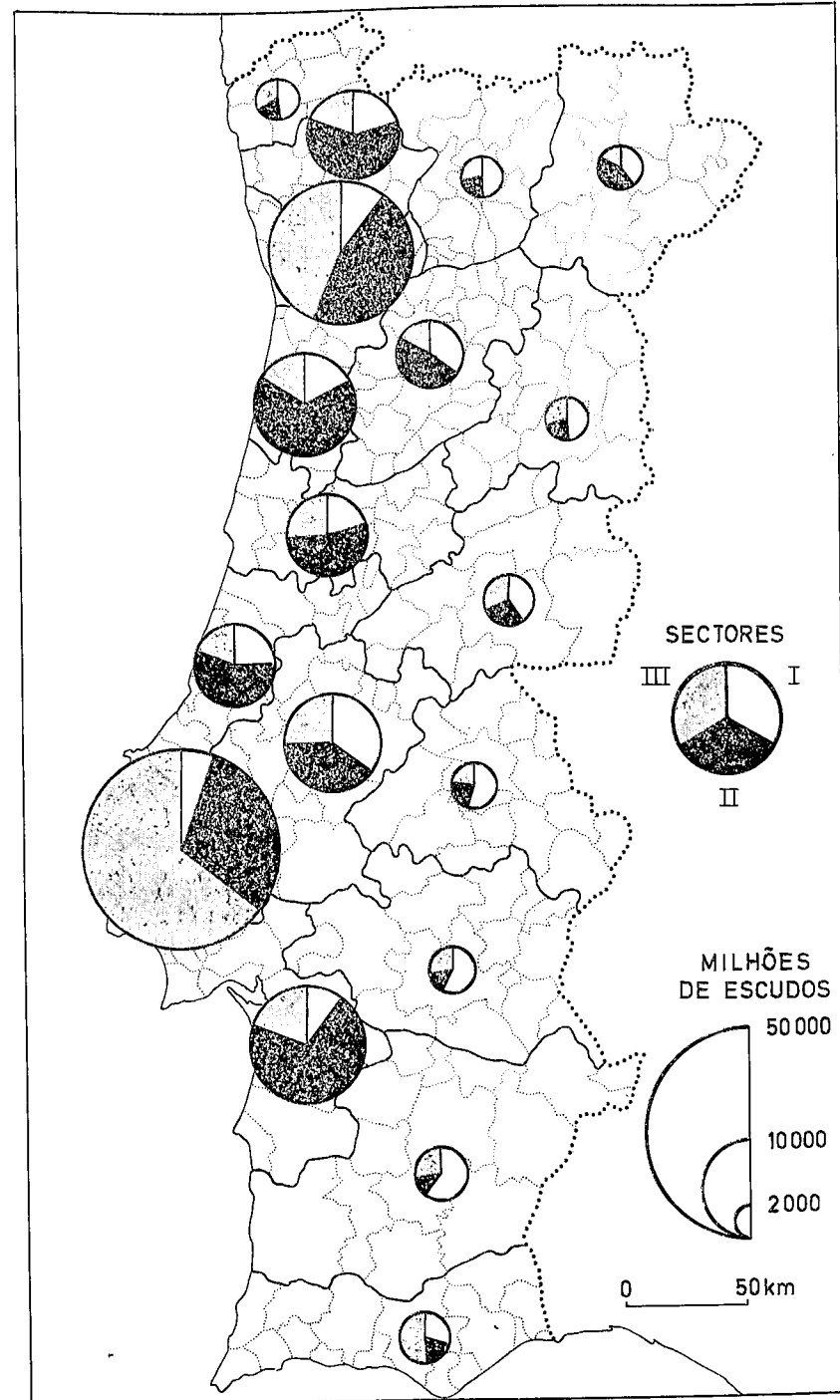
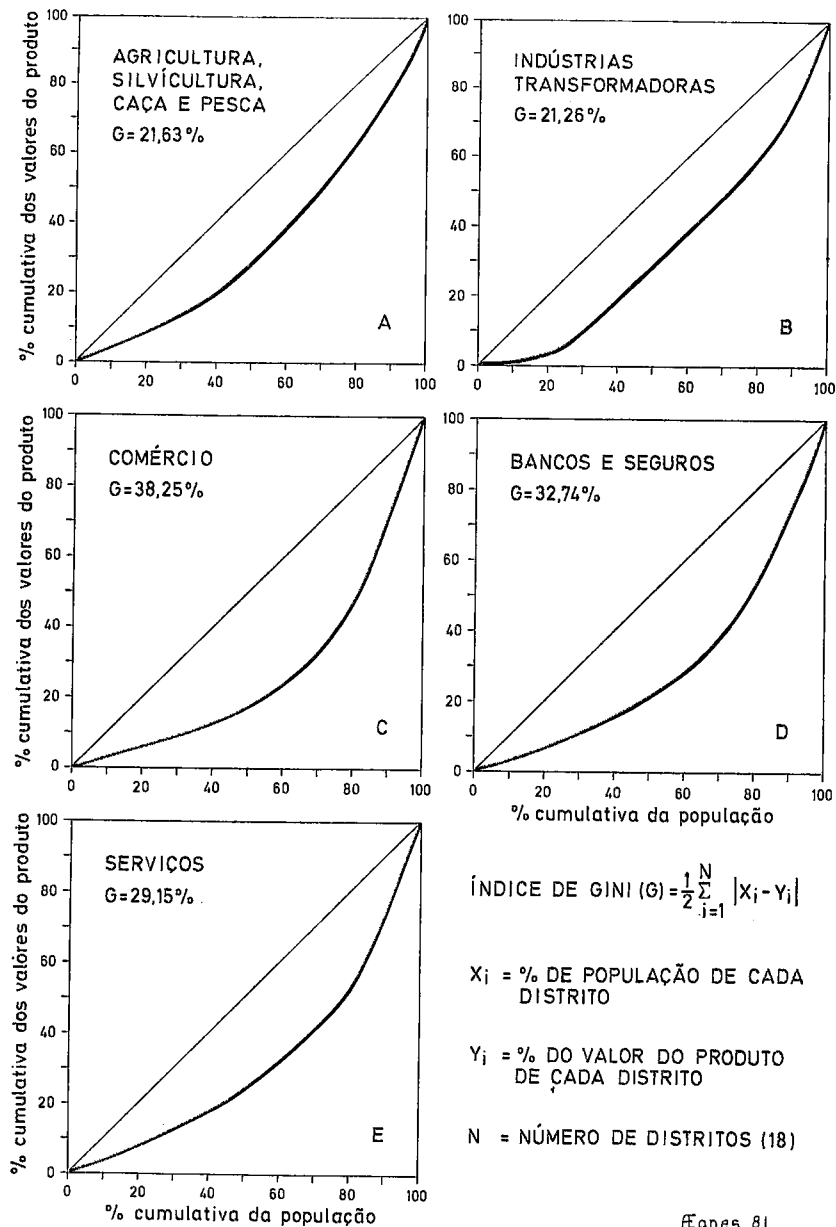


Fig. 3 — Repartição do Produto Interno Bruto por distritos e sectores de actividade em 1970.



F. Anes 81

de as curvas de Lorenz respectivas apresentaram traçados um pouco diferentes. Na figura 4-A podemos delimitar três secções distintas: o troço inferior, bastante inclinado e que corresponde aos distritos onde a percentagem de população é superior ao contributo para a formação do produto bruto originado no sector primário (Lisboa, Porto, Braga e Setúbal); um sector sensivelmente paralelo à recta de igual distribuição, em que as percentagens de população e do P. I. B. do sector primário são equivalentes e, finalmente, o último troço corresponde aos distritos de fraca densidade populacional e em que as actividades primárias têm grande importância relativa.

Na curva de Lorenz que se refere ao produto distrital originado nas indústrias transformadoras, os três sectores acima referidos são ainda mais nítidos: o primeiro corresponde aos distritos do interior N. e Sul e extremo NO, (com uma participação quase nula no produto industrial); o segundo abrange a maioria dos distritos e indica um certo equilíbrio entre a população e o contributo para a formação do produto das actividades industriais e o último corresponde exactamente à situação inversa do primeiro.

O comércio é a actividade que apresenta uma distribuição distrital mais concentrada (G = 38,25%). Como vemos na figura 6-C, a 80% da população do país correspondem apenas 45% do produto originado neste ramo de actividade; só o distrito de Lisboa (19,5% da população) concentra 53,7% do produto originado neste sector.

No nível de concentração imediatamente inferior, embora ainda muito elevado, situam-se a banca e os seguros (fig. 4-D) e os serviços (fig. 4-E). Tanto num caso como noutro, o distrito de Lisboa continua a assumir uma posição de domínio sobre todos os outros, contribuindo com quase 50% do valor total produzido no país.

4. Oposição País-Agrícola — País-Industrial

A fim de se perceber melhor a importância relativa da agricultura e da indústria nos diferentes concelhos estabeleceu-se um índice comparativo entre as participações da indústria e da agricultura na formação do produto interno bruto nos concelhos:

$$\text{Índice A} = \frac{\text{Produto Industrial Bruto} - \text{Produto Agrícola Bruto}}{\text{Produto Interno Bruto}} \times 100$$

Este índice permite distinguir facilmente entre os concelhos de produção agrícola e os de produção industrial. Apresentarão valores negativos os concelhos em que a agricultura predomina, valores positivos aqueles em que a indústria é a actividade mais importante e valores próximos de zero os concelhos em que é semelhante a participação dos dois sectores.

A ocorrência dos diversos valores deste índice A (fig. 5) mostra que a maioria dos concelhos do país são concelhos de produção fundamentalmente agrícola, 196 em que o produto agrícola é inferior ao produto industrial e somente 78 na situação inversa. Pode-se deste modo verificar mais uma vez

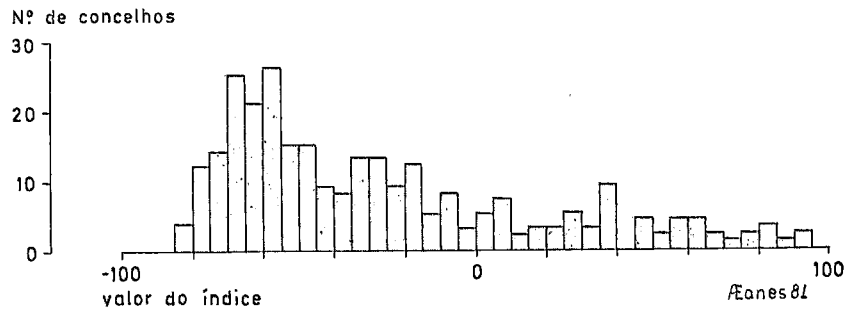


Fig. 5 — Distribuição de frequência dos valores do índice comparativo entre o produto agrícola e o produto industrial.

a fraqueza estrutural da agricultura portuguesa que é a actividade mais importante em cerca de 3/4 dos concelhos e contribui apenas com 1/6 para a formação do Produto Interno Bruto⁽¹⁾.

Também é importante salientar que nos concelhos industriais o grau de importância desta actividade é bastante variado, não havendo grandes grupos de concelhos num mesmo nível de desenvolvimento industrial, a que corresponderiam classes de valores do Índice A com elevadas frequências relativas, mas sim uma distribuição estatística tendendo para uniforme; por outro lado, nos concelhos agrícolas a situação é completamente inversa, havendo grande número de concelhos com posições semelhantes, apresentando-se concentrações de valores com altas frequências relativas, que correspondem aos concelhos menos industrializados (os de valores menores do índice).

A distribuição espacial destes valores vem simultaneamente reforçar e esclarecer a imagem que se tem do país (fig. 6). Desenvolvimento industrial quase exclusivamente localizado na faixa litoral de Setúbal a Braga, mas em manchas descontínuas, cujos núcleos mais importantes são a área do Porto (de Guimarães a Matosinhos e Vila Nova de Gaia), a de Aveiro, a da Figueira da Foz, a de Leiria e Nazaré e junto a Lisboa, esta desenvolvendo-se principal-mente a margem sul.

Em transição para o interior sobressaem os vales do Mondego, principalmente na área de Coimbra, e do Tejo, quer na sua parte terminal, quer a norte de Santarém, em redor de Abrantes, Torres Novas e Entroncamento. É aliás esta última que, juntamente com Leiria, constitui uma das maiores manchas contíguas de importância industrial relativa. No interior salientam-se as regiões tradicionais da indústria têxtil, principalmente nas serras da Estrela e de Portalegre, e as outras raras manchas de indústria já atrás referidas, como em Mourão e Nelas. Ainda no extremo sul ocorrem valores que indicam um mediano peso da indústria, nos principais portos algarvios, o que se relaciona

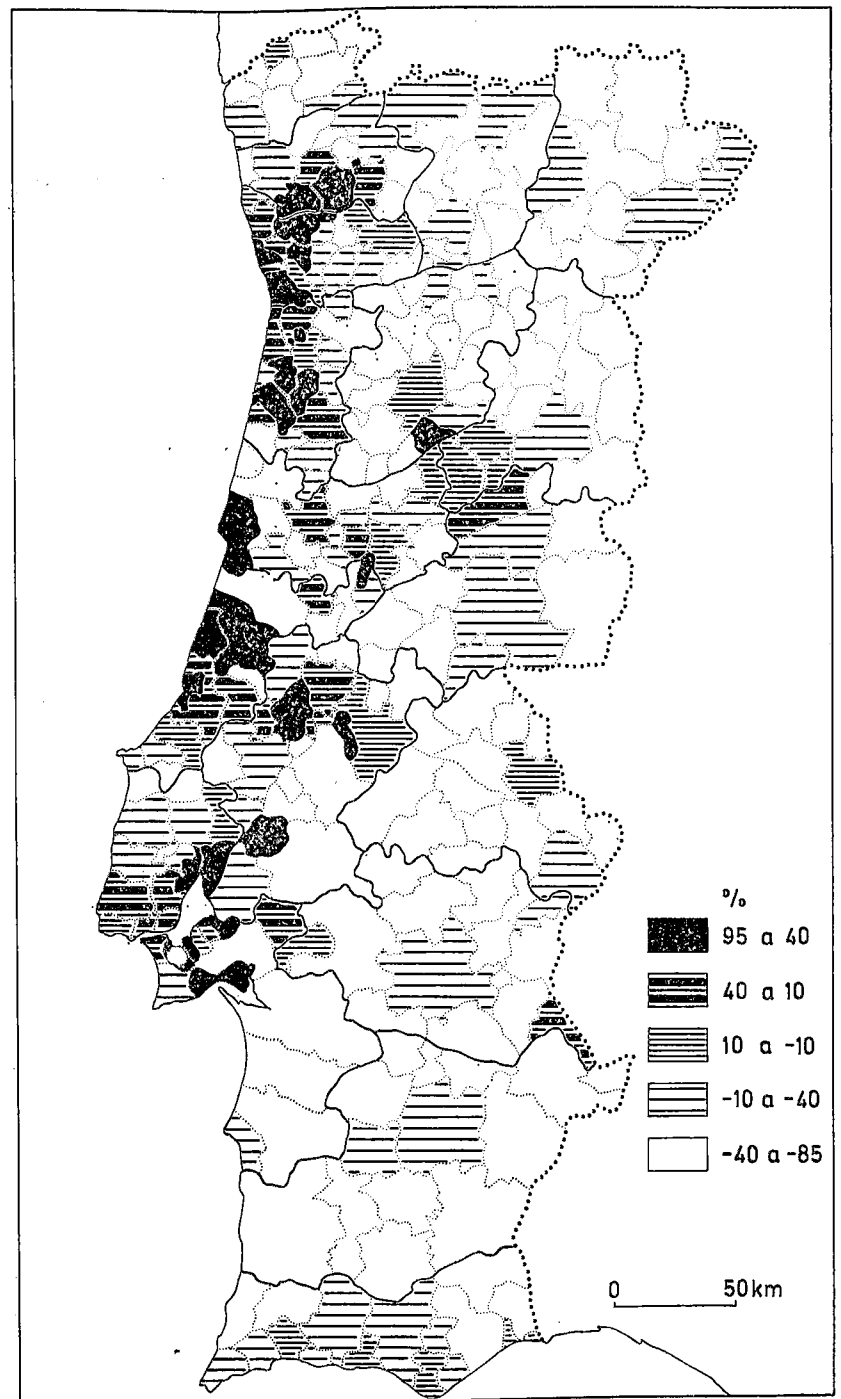


Fig. 6 — Comparação entre o produto industrial e agrícola (valores do Índice A).

(1) Este valor em 1979 desceu para cerca de 1/10.

decerto com a pesca e indústria anexas, conservas entre outras, e as actividades de apoio ao turismo.

Separando estas manchas, isolando-as umas das outras, ocorrem então os concelhos de desenvolvimento industrial quase nulo (a maioria do país). Dentre estes distinguem-se ainda aqueles em que têm alguma importância outros sectores (tais como serviços, produção mineira, eléctrica, etc.) dos que são exclusivamente rurais (caracterizados por valores do índice A negativos e de grande valor absoluto). Estes últimos constituem mais de metade dos concelhos e apresentam uma distribuição espacial quase contígua, localizada especialmente no interior.

DIOGO DE ABREU
MARIA LUCINDA FONSECA